



***A HOMOFOBIA RELIGIOSA NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DE  
PROFESSORES GAYS DO SEMIÁRIDO BAIANO***

***HOMOFOBIA RELIGIOSA EN EL PROCESO SUBJETIVO DE  
DOCENTES GAY EN EL SEMIÁRIDO BAIANO***

***RELIGIOUS HOMOPHOBIA IN THE SUBJECTIVE PROCESS OF GAY  
TEACHERS IN THE SEMI-ARID BAIANO***

*Yuri Barbosa Martins de Oliveira<sup>1</sup>*

*Tatiane dos Santos Moreira<sup>2</sup>*

**RESUMO**

O presente estudo trata-se de um recorte da dissertação intitulada “Confabulações professorais de docentes gays”, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade (PPGED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no ano de 2022, em que se pretende discutir sobre a disseminação dos discursos religiosos de segmentos hegemônicos do cristianismo impregnados de preconceito homofóbico e suas regulações subjetivas com professores gays no semiárido baiano. Com base nesse objetivo, o estudo repercute as marginalizações que tais docentes foram/estão sujeitos mediante suas condições sexuais, de modo a refletir como as intimidações e recriminações com homossexuais em efeito à circulação desses discursos na sociedade materializam processos de subjetivação acometidos por expressões de sexualidades dissidentes da norma heterossexual. Assim, ficou compreensível que a trama discursiva operada por esses segmentos constituem atravessamentos significativos no tocante à percepção de si e de suas sexualidades, dos professores colaboradores da pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Homossexualidade. Professores gays. Discurso religioso. Homofobia.

<sup>1</sup> Mestre em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGED/UNEB). Professor de Língua Portuguesa e Redação na rede de ensino particular, Teofilândia, Bahia, Brasil.

<sup>2</sup> Mestra em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGED/UNEB). Professora da Educação Física na rede de ensino estadual, Feira de Santana, Bahia, Brasil.

## RESUMEN

Este estudio es un extracto de la disertación titulada “Confabulaciones profesionales de docentes homosexuales”, defendida en el Programa de Posgrado en Educación y Diversidad (PPGED) de la Universidad del Estado de Bahía (UNEB) en 2022, en la que tiene como objetivo discutir la difusión de discursos de segmentos hegemónicos del cristianismo impregnados de prejuicios homofóbicos y sus regulaciones subjetivas con profesores homosexuales en la región semiárida de Bahía. A partir de este objetivo, el estudio reflexiona sobre la marginación a la que fueron/son sometidos estos docentes por sus condiciones sexuales, para reflexionar sobre cómo se materializan las intimidaciones y recriminaciones contra los homosexuales vigentes por la circulación de estos discursos en la sociedad. expresiones de sexualidades disidentes de la norma heterosexual. Así, se entendió que la trama discursiva operada por estos segmentos constituía intersecciones significativas en cuanto a la percepción de sí mismos y de sus sexualidades, de los docentes que colaboraron en la investigación.

**PALABRAS-CLAVE:** Homosexualidad. Profesores homosexuales. Discurso religioso. Homofobia.

## ABSTRACT

The present study is an excerpt from the dissertation entitled “Professional confabulations of gay teachers”, defended in the Graduate Program in Education and Diversity (PPGED) of the State University of Bahia (UNEB) in the year 2022, in which The intention is to discuss the dissemination of religious discourses of hegemonic segments of Christianity impregnated with homophobic prejudice and their subjective regulations with gay teachers in the semi-arid region of Bahia. Based on this objective, the study reflects the marginalization that these teachers were/are subject to through their sexual conditions, in order to reflect how intimidation and recriminations with homosexuals in effect to the circulation of these discourses in society materialize processes of subjectivation affected by expressions of sexualities dissenters from the heterosexual norm. Thus, it was understandable that the discursive plot operated by these segments constitute significant crossings in terms of the perception of themselves and their sexualities, of the professors collaborating in the research.

**KEYWORDS:** Homosexuality. Gay teachers. Religious speech. Homophobia.

\* \* \*

*[...] Permita que eu fale  
 Não as minhas cicatrizes  
 Elas são coadjuvantes  
 Não, melhor, figurantes  
 Que nem devia tá aqui  
 [...] Permita que eu fale  
 Não as minhas cicatrizes  
 Se isso é sobre vivência  
 Me resumir a sobrevivência  
 É roubar o pouco de bom que vivi  
 (Emicida part. Majur e Pablllo Vittar)*

## Notas introdutórias sobre o debate em foco

Não se pode negar ou ignorar que segmentos hegemônicos do cristianismo obtiveram uma ampla disseminação nos últimos anos de seus ideais sacros e propulsores da “moral e dos bons costumes” nos espaços de poder e em diversos veículos de informação, como a forte presença da bancada evangélica nas câmaras legislativas e a participação ativa de grupos religiosos nas mídias digitais (CUNHA, 2019), respectivamente. No entanto, essa visibilidade expressiva da massa religiosa tem sido delicado do ponto de vista do debate em relação aos direitos humanos de minorias políticas como mulheres e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), justamente pelo teor discriminatório que suas questões ideológicas têm se disseminado nos espaços já mencionados e em tantos outros (templos, escolas, poder público etc.).

Geralmente, tais questões remetem a comportamentos e/ou compreensões de mundo abertamente desfavoráveis perante a diversidade sexual, tendo sua base forjada nas interpretações literais e descontextualizada de trechos bíblicos que, com efeito, incitam a retaliação daquilo que foge à norma heterossexual (BUTLER, 2019). É em face disso que o avanço expressivo desses segmentos nos contextos adversos torna-se um elemento crítico frente à construção de subjetividades dissidentes, uma vez que os discursos do campo religioso não só endossam os estereótipos acerca da homossexualidade, bem como mobilizam uma caça às bruxas a quaisquer indivíduos cuja expressão de sexualidade é diferente.

No Brasil, esse movimento se acentuou com a escalada de ações desdenhosas da gestão federal de Jair Messias Bolsonaro frente à comunidade LGBTQIA+, na medida em que a relação entre religião e política ficou mais evidente e ganhou notoriedade devido à proliferação dos discursos de ódio pelo ex-presidente, seus filhos e sua base de aliados (entre políticos e sociedade civil), reverberando em ataques diretos às minorias. É nítido, todavia, que o preconceito sempre esteve presente no cotidiano de sujeitos homossexuais, e que essa expressiva onda de ódio explicitada pelo governo de extrema direita só revela o compromisso de estudos como esse para denunciar e alertar sobre comportamentos ultrajantes no que tange a diversidade de gênero e sexual, ainda que esse fenômeno não seja nenhuma novidade.

Consideramos relevante mencionar o contexto acima, não por tomarmos enquanto aspecto primordial para as motivações dessa empreitada teórica, mas sim pela sua relação direta com que os discursos religiosos foram impulsionados nas relações

sociais e de como isso tem produzido, ao longo de muitos anos, um cenário de subjetivações intermediadas pelo preconceito homofóbico. Sobre este pensamento, marcamos que o presente artigo filia-se às perspectivas foucaultianas ao refletir sobre a linguagem e seus propósitos obscuros na construção de um poder-saber a despeito de determinados indivíduos.

Frente a isso, tomamos como base a compreensão de Foucault (2020, p. 110), ao conceber que é preciso admitir que estamos sempre agenciando “um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”. Nessa percepção gradativa, as provocações e contestações enunciadas pelos professores neste trabalho advêm desse sinuoso e complexo jogo discursivo. Assim, as contextualizações expressas ensejam que “para Foucault, mais do que subjetivo, o discurso subjetiva” (VEIGA NETO, 2007, p. 99).

Esta reflexão nos leva a pensar o discurso em seu aspecto transgressor. Isto é, pensá-lo como algo que extrapola a simples circulação numa materialidade linguística, mas que também se encontra numa dimensão mais distante de uma função representativa. Ao comentarmos sobre isso, projetamos, neste estudo, o discurso como um elemento provido de maior complexidade, e que seria, sobretudo, não simplesmente “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Acerca dessa lógica, o que está em jogo nestas problematizações são as ressonâncias dessa dinâmica discursiva no modo como a subjetividade de homossexuais masculinos é construída imersa na depreciação motivada pela homofobia religiosa. Baseada nessa premissa, a discussão em questão se propôs a analisar os atravessamentos dessa percepção na história de vida de cinco professores gays da escola básica do semiárido baiano. Através da amostra e discussão de alguns elementos artísticos<sup>3</sup> apresentados no Grupo de Experiência Docente em Gênero e Sexualidade (GEDGS)<sup>4</sup> –

---

<sup>3</sup> Para a produção de dados da pesquisa do qual este segmento do estudo se consiste, foram utilizadas obras audiovisuais da plataforma do YouTube, com o intuito de provocar algumas reflexões sobre sexualidade, educação, práticas curriculares e os entraves para a discussão da diversidade sexual e de gênero no contexto escolar. Para tanto, os materiais utilizados foram o documentário norte-americano “The Mask You Live In” e um vídeo do grupo brasileiro Porta dos Fundos, “Homossexualidade: polêmica da semana”.

<sup>4</sup> O Grupo de Experiência é uma inventividade teórico-metodológica desenvolvida pelo grupo de pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL/CNPq) – Grupo de Pesquisa lotado no Departamento de Educação/Campus XIV, em Conceição do Coité – do qual os pesquisadores desse estudo são integrantes. Ele foi formulado com a proposição de ser um espaço formativo para professores/as ao passo que discutir

dispositivo metodológico inventariado para a pesquisa de mestrado – foi trazida à luz do debate a homofobia religiosa enquanto recurso de controle subjetivo sobre estes docentes.

### **A construção da homofobia sedimentada na reiteração de identidades normativas**

Em seu aspecto mais notável, as reflexões sobre os atravessamentos subjetivos, em específico, das violências simbólicas direcionadas aos sujeitos LGBTQIA+, levam-nos a tencionar uma complexa relação intrínseca entre os discursos religiosos – oriundos da cosmologia cristã – e a homofobia. Isso porque, a tônica de verdade impressa nessa prática discursiva revela um cotidiano sempre manipulado de intencionalidades nos jogos de poder a que estamos submetidos/as (FOUCAULT, 1996, 2020).

Assim, o ponto de partida destas análises remete-se ao fato das históricas concepções que giram em torno da homossexualidade, colocando-a sempre como um dos alvos dissidentes da expressão do desejo. Estas concepções têm, conseqüentemente, constituído um imaginário incipiente no tocante a uma realidade bem mais complexa e diferente do que a homossexualidade é, pois, entendendo-a como produzida pelos discursos do estigma, percebe-se que uma série de noções recai sobre ela a fim de mantê-la como oposto inferior à heterossexualidade.

Entendemos por estigma qualquer referência que incite um atributo profundamente depreciativo a algo ou alguém. Na concepção de Goffman (2017, p. 13), como guia de ilustração, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”. Nessa dimensão, a ideia de aderirmos esse termo no estudo gira em torno de percebermos sua demarcação no insistente menosprezo conferido à homossexualidade ou a qualquer outra expressão do desejo que não seja heterossexual.

Com base nessa compreensão, é preciso questionar os próprios discursos em sua transitoriedade aparente já que sua operação também pode afetar as maneiras como problematizamos nossas formas de ser e existir nesse mundo. E se é essencial robustecer tal perspectiva, necessitamos levar em consideração que os discursos não se

---

suas experiências pudesse fazê-los/as imergir nas próprias práticas e questioná-las, a tal ponto que fosse igualmente possível repensar mudanças estratégicas em suas práticas docentes a fim de atender demandas recorrentes no cenário escolar (OLIVEIRA; JESUS, 2018).

localizam em nenhum lugar, “mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades” (VEIGA NETO, 2007, p. 100).

Em diálogo com esse pensamento, torna-se interessante chamar a atenção para as tramas discursivas em que se encontram os professores colaboradores deste estudo, haja vista suas pressuposições em relação ao jogo discursivo sempre em movimento. Pois, a produção discursiva acontece em meio às relações de poder assimétricas, cujo poder que nelas se constrói não opera na delimitação de discursos dos dominantes e dos dominados, mas sim por meio da intensidade com que estas relações provocam assujeitamentos históricos e configuram uma teia de lutas simbólicas tendo como instrumento essencial para essa finalidade o próprio discurso.

Esse espiral de tensões, certamente, promove conflitos subjetivos mediante um conjunto heterogêneo de práticas regulatórias de gêneros e sexualidades presentes em nossa sociedade, e o discurso religioso não está fora dessa esfera. Ora, a religião assim como outros campos de saber está sempre em disputa de narrativas pela garantia de homogeneidade seja de corpos, práticas e/ou subjetividades. Com isso, sua estratégia política incide sob a obstrução e antagonismo de formas plurais de vida no intuito de assegurar seu posicionamento diante da diversidade rejeitada em seu discurso.

Observemos essa dinâmica a partir das sinuosas compreensões que giram em torno da lógica binarista de gênero e que, por ventura, cristaliza uma única expressão de desejo como legítima. Ao se conceder a heterossexualidade nessa dimensão, confere-se inteligibilidade a ela em razão do “sexo” biológico como elemento que categoriza as diferenças de gênero e submissões culturalmente constituídas como se fossem “naturais” (BUTLER, 2019). Essa noção se materializa a partir da relação de coerência e continuidade entre “sexo”, “gênero”, “desejo” e “práticas sexuais heterossexuais” em que se subtrai e desqualifica outros modos de vivência de gênero e sexualidade que não pertencem a esse nicho inteligível.

Invocamos essa concepção ao tomarmos como base a própria noção butleriana de que “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre feminino e masculino” (BUTLER, 2019, p. 44), o que revela a heterossexualidade não como algo natural, pertencente ao indivíduo; mas sim, e, sobretudo, como derivada de um intenso processo de convencimento cultural (RICH, 2012). Isto é, uma heterossexualidade que se circunscreve na realidade como compulsoriamente disseminada e articulada com esse ideal de exclusão.



Sobre esta máxima, as técnicas de sujeição no meio pastoral se materializam na produção discursiva disseminada na sociedade contemporânea de maneira abrangente, imputando uma série de regulações subjetivas sobre os homossexuais que variam desde sua condenação à sua cura. Assim, percebemos que ao longo de um tempo bastante considerável temos sido categorizados em identificações estanques, as quais eram e ainda são – infelizmente – colocadas como autoexplicativas e condizentes a um modelo existencial naturalizado que não carece de nenhuma intervenção problematizadora.

Ao longo dessas discussões, identificamos que a homofobia corresponde a um efeito constitutivo da heterossexualidade compulsória, em que seu ponto fulcral se consiste não só da reiteração das categorias de identidade normativas (homem e mulher), mas da perseguição e segregação de sujeitos que essa lógica não consegue admitir. Este argumento, contudo, pode ser melhor justificado à medida que outras contextualizações a respeito dessas práticas regulatórias ganham contorno nessa discussão, bem como seu agenciamento e manutenção de uma dinâmica discursiva sempre constituída de relações de poder.

A perspectiva adotada neste artigo sobre a noção de homofobia está interligada a um cenário plural de discriminações acionado por transformações políticas, culturais e sociais bem recentes (NATIVIDADE, 2009), mas que por serem interdependentes dificultam o acesso de indivíduos homossexuais aos seus direitos básicos. Tal percepção nos amplia o campo de visão sobre esse fenômeno, já que os processos de estigmatização direcionados aos sujeitos que exercem formas de diversidade sexual são estimulados por diferentes mecanismos de opressão, inclusive quando percebidos pelas transformações supracitadas, e que partem “[...] de um idioma cultural que dava margem à distribuição desigual de *status* e de privilégios sociais” a esses indivíduos (NATIVIDADE, 2009, p. 126).

Em outras palavras, práticas consideradas discriminatórias e preconceituosas na atualidade já foram aceitas em um período não muito distante, pois as interpretações a respeito de suas interferências no acesso à cidadania de seletos grupos não abrangiam criticamente esse contexto de violências. Isso de algum modo pormenorizou os impactos dos discursos religiosos e suas incidências no reconhecimento de orientações sexuais e identidades de gênero diferentes. Em contrapartida, o caráter de problematização em vigência recorre a estas mudanças para refletir que a própria noção de “pessoa” possibilita “a percepção das variadas formas de homofobia que expressam

ou favorecem diferentes tipos de violência e constrangimento” (NATIVIDADE, 2009, 128).

Com isso, compreendemos que a representatividade de outras expressões de gênero e de sexualidade esbarra em diversas resistências motivadas pelos segmentos religiosos cristãos, cuja perspectiva está engendrada em valores religiosos que não só buscam homogeneizar a produção das subjetividades, como também delimitam o acesso destas aos direitos civis imprescindíveis à condição humana. Isso, por consequência, faz com que observemos com mais cautela a dinâmica discursiva em que estes valores são construídos e disseminados na sociedade. Uma dinâmica que está em curso haja vista sua conexão a esse cenário sociocultural e político, o que por isso justifica sua performance de manutenção da insidiosa rede de opressões frente o contexto da diversidade sexual e de gênero.

É a partir dessa problematização que coadunamos com a perspectiva de Natividade (2013, p. 130) ao ponderar que, a homofobia religiosa articula-se com o processo de estigmatização ao se ter como base o princípio explícito de tratar a homossexualidade como “prática contingente e moralmente condenável”. Com efeito, o enfoque nesse tipo de sexualidade através de demarcações ultrajantes tende a produzir uma trama discursiva que corrobora na exclusão de identidades LGBTQIA+. Elucubramos sobre tal premissa ao trazermos em questão que os discursos religiosos incidem sobre essas identidades de modo a demarcá-las como suposto obstáculo à assistência da heterossexualidade compulsória e por isso as inúmeras resistências desses segmentos hegemônicos do cristianismo em relação ao cenário de diversidade sexual.

### **Percursos metodológicos para a produção de dados**

Feitas as devidas contextualizações, apresentamos uma breve descrição de como a produção de dados foi organizada. O debate sobre as tensões percebidas no que tange ao discurso religioso e a homofobia ocorreu a partir da discussão de dois materiais audiovisuais, sendo estes o documentário norte-americano intitulado “*The Mask You Live In*” (A máscara em que você vive), o qual discute questões correlacionadas à masculinidade tóxica no contexto escolar através de relatos de experiência de garotos, professores e especialistas, e um vídeo do canal no YouTube do grupo Porta dos Fundos, “*Homossexualidade: polêmica da semana*”, cuja sátira é produzida no diálogo



entre dois personagens (um líder religioso e uma professora universitária) em que suas perspectivas divergem quanto ao conceito da homossexualidade.

Embora o foco do primeiro material de apoio não fosse problematizar o discurso religioso e seu controle subjetivo em relação à sexualidade de indivíduos LGBT, diversas vivências relatadas nele apresentavam o entrecruzamento desse discurso e os estigmas atrelados aos comportamentos “menos masculinos” como diretamente ligados à homossexualidade. Tais pronunciações possibilitaram emergir nas discussões do Grupo de Experiência Docente em Gênero e Sexualidade (GEDGS), enquanto espaço formativo para os docentes participantes da pesquisa, questões implicadas com colocações preconceituosas externadas nas práticas discursivas do seio religioso cristão sobre a diversidade sexual.

O dispositivo metodológico foi pensado na intenção de aguçar problematizações no que concerne às relações de gênero e sexualidade e seus atravessamentos na constituição subjetiva dos professores colaboradores e coprodutores<sup>5</sup> da pesquisa. Sob esse viés, analisar essa prerrogativa nos impeliu a buscar subsídios que direcionassem nossas problematizações, tendo em vista as intersecções entre sexualidade e gênero à medida que nos ajudaria pensar sobre como essa discursividade também produz arranjos subjetivos de modo muito singulares. Dada a dimensão exposta, o GE foi configurado mediante os conceitos que possibilitam tais percepções, a saber: o dispositivo de sexualidade de Michel Foucault (2020) e performatividade de gênero de Judith Butler (2019).

O estudo foi realizado com cinco professores gays pertencentes ao semiárido baiano, mais especificamente no Território do Sisal<sup>6</sup>. Entendemos que seria de extrema significância recorrer a estes sujeitos para lançarmos mão de investigações que trouxessem à tona problemáticas ligadas a nossas experiências como professores gays. Justificamos a escolha de professores gays da educação básica e do semiárido baiano por dois motivos em específico. O primeiro diz respeito ao fato da dissertação de mestrado, trabalho do qual decorre parte desse estudo, ter sido produzida mediante

<sup>5</sup> Invocamos esta definição aos colaboradores de sua pesquisa, uma vez que suas histórias de vida foram/são o elemento essencial de materialização da dissertação e deste trabalho proveniente dela.

<sup>6</sup> Território conhecido como Região Sisaleira da Bahia, está localizado no nordeste do Estado da Bahia a 200 km de Salvador. Comporta 20 municípios: Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candeal, Cansanção e Itiúba. Acesso em 01 mar. 2021: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio\\_sisal/arvore/CONT000fckg3dhc02wx5eo0a2ndx\\_yf4ytaal.d.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fckg3dhc02wx5eo0a2ndx_yf4ytaal.d.html).

problematizações das experiências pessoais desenvolvidas por um dos pesquisadores desse artigo que também se identifica como um professor gay, já que, em tese, o diálogo com outros homossexuais na condição de docentes culminaria em um movimento dialógico necessário e de uso produtivo para questões sociais e políticas que esse debate visa alcançar.

O segundo motivo, concatenado ao primeiro, reivindica a proposição acima levando em consideração questões geográficas e culturais, haja vista que os professores, inclusive o pesquisador, por residirem no interior do estado da Bahia percebem uma manifestação subjetiva diferente quanto correlacionada a outros sujeitos situados em cidades maiores. Tal percepção vincula-se à realidade de que a pouca disseminação de informação e debate de questões como essa nos interiores ocorre de modo mais precário, incorporando a esta escrita implicações também ligadas a um compromisso social e político com a comunidade de indivíduos relegados aos seus direitos de liberdade e respeito; fato esse decorrente da discriminação motivada pelo repúdio às condições de orientações sexuais dissidentes.

Devido a estes quesitos, ressaltamos um cuidado especial com o percurso de orientações e conversações com os docentes, já que integramos a esse processo a *ética da bicha do bem* (OLIVEIRA, 2016) como recurso metodológico para constituir esse contato com eles. A ética da bicha do bem é forjada nesse emaranhado de possibilidades e afetações construídas com o outro que resolve contribuir com nossas inquietações.

Embora as preocupações com o bem estar dos envolvidos na pesquisa estivessem dissolvidos nos protocolos regulamentadores<sup>7</sup>, era preciso considerar em tal dimensão outros aspectos emergentes às relações criadas entre pesquisador e pesquisados. Essa atenção salientou robustecer um comportamento ético, não só tendo em vista seus compromissos institucionais, mas observando relações de solidariedade, parceria, amizade, afeto e cuidados que transcendem ideais normativos jurídicos.

Sobre esse tipo de comportamento ético, Oliveira (2016) o deduz como diferente ao passo em que retoma uma percepção mais ampliada sobre as relações que conectam as pessoas e sobre como as formas de relação entre pesquisador e pesquisados se

---

<sup>7</sup> Explanamos o fato de que, apesar da mobilização dos professores enviesada por essa dinâmica provida de menos informalidades, os docentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de modo a estarem resguardados de seus direitos enquanto participantes do estudo e das intencionalidades que este buscava lançar mão. Nesse sentido, as orientações para assinatura do documento em questão foram detalhadas via plataforma virtual do Google Meet em um momento prévio à realização dos encontros do Grupo de Experiência.

constituem possíveis através da intimidade. Para ele, a ética da bicha do bem se apresenta como

Uma ética produzida a partir da proximidade e do compartilhamento da intimidade, cujos encontros não conseguem estabilizar as relações, assombra de forma persistente a atividade de pesquisa, reforçando a sensação de vulnerabilidade latente. No entanto, a intimidade produz relações de conexão, do modo a permitir uma constante ética em processo, em virtude daquilo que a intimidade provoca. (OLIVEIRA, 2016, p. 1.242)

No bojo dessas ponderações acima, fica compreensível que tal configuração relacional suscita repensar a ética em pesquisa porque põe em avaliação a forma com que essa intimidade com o outro tem sido vivenciada na pesquisa. Além disso, modelar esse compromisso ético com outras tessituras nos conduz a pensar outras maneiras de fazer pesquisa, justamente por não ser esquematizada unicamente pelo viés institucional, mas por poder abarcar também interações entre aqueles/as que se dedicam a pensar a própria realidade e suas questões conosco. É preciso salientar de outro modo, e como efeito desse ponto que emerge como crítico, que as relações aqui pensadas pelo segmento da intimidade não suscitam serem reconhecidas e estruturadas pelo envolvimento amoroso e sexual entre os sujeitos. E sim, sobretudo, ao caráter de coleguismo, companheirismo e amizade que podem formar alianças e traçar linhas de força imprevistas (FOUCAULT, 1981).

Logicamente, não pactuamos com uma suposição imediata em desconsiderar os protocolos institucionais exigidos. Tratou-se, em suma, de entendê-los igualmente como extensão desse compromisso ético, porém, sem considerá-los como único ponto de produção das responsabilidades com os sujeitos da pesquisa, dado que “solidária ao estranhamento, a bicha do bem faz pensar que a ética em pesquisa tem muito a conversar, senão mesmo a aprender, com o contato vivo entre os sujeitos de pesquisa” (OLIVEIRA, 2016, p. 1.246).

Dessa maneira, os professores colocaram em perspectiva alguns aspectos que, sem sombra de dúvidas, auxiliaram a profundidade desse debate. Dentre estes aspectos estão, a saber: a) a internalização da religião como possível esconderijo para a sexualidade, b) práticas preconceituosas, veladas e/ou explícitas contra a homossexualidade, percebidas no discurso religioso e c) a dificuldade que os segmentos hegemônicos das religiões de matriz cristã impõem no debate sobre a diversidade sexual

na educação. Essas informações, com efeito, situam as tensões entre cristianismo e diversidade sexual em diferentes contextos, fazendo com que as possibilidades de controle em relação aos sujeitos lgbt seja mais abrangente e eficiente do ponto de vista da manutenção de regulações subjetivas baseadas na lógica heteronormativa.

### **Os conflitos subjetivos derivados dos discursos de estigma correlacionados à homossexualidade**

Sobre essas considerações, é inegável o histórico de discriminações do qual somos vítimas e que tem prevalecido desde então, especialmente em espaços como a escola. A homofobia, a partir disso, ganha devida notoriedade quando percebida dentro do espectro que impulsiona práticas de regulação subjetiva operadas para identificar, julgar e excluir qualquer outra possibilidade de existência não normativa.

Mais do que constitutiva neste espectro, já enfatizamos que homofobia pressupõe e abriga também mecanismos discriminatórios relativos a questões de gênero e sexualidade ao tomar como base diferenciações sexuais que refletem na maneira com que homens e mulheres devem ser concebidos(as) para tal reconhecimento. Nessa atmosfera, a homofobia seria modelada por qualquer posicionamento de repulsa e preconceito destinado aos homossexuais (BORRILLO, 2001), podendo ela se apresentar em, por exemplo, agressões verbais (xingamentos e ofensas), violências físicas e/ou violências psicológicas (danos emocionais devido aos insultos coletivos na escola, em casa ou na rua).

Em decorrência destes pontos, embora a homofobia possa tomar como alvo homens heterossexuais ao serem cobrados de determinados comportamentos masculinos, como ressalta Junqueira (2007), sabemos também que homens gays não são negligenciados deste processo. Com efeito, definições normativas de feminilidade e masculinidade já expostas nessa discussão são convocadas como elementos precisos para definir aqueles/as cujo respeito possa lhe ser direcionado e aqueles/as em que as injúrias servirão de ataque. Isto é, inferimos que é preciso reconhecer que relações de poder e os processos de produção de diferenças culturais estão interligados à medida “[...] que se examinam e se assinalam os indissociáveis vínculos entre homofobia e processos de construção de padrões relacionais, preconceitos e mecanismos discriminatórios relativos a questões de gênero [...]” (JUNQUEIRA, 2007, p. 7).

Nessa perspectiva, o discurso religioso cristão sempre tem endossado considerações um tanto quanto limitadas e hostis, sobretudo no que concerne aos homossexuais masculinos. A ideia de considerar que homens possam se relacionar afetivamente e sexualmente com outros homens, parece mexer no âmago do que muitos cristãos, em sua maioria, advertem como “contra a moral e os bons costumes”. Esses discursos, assim como outros, imputam uma abominação a sujeitos como nós, cujo destino descentra dos reinos do céu e nos aproxima do profano e, conseqüentemente, do inferno.

Através dessa dúbia imagem precisamos considerar que práticas discursivas modelam a maneira como compreendemos o mundo e por isso a necessidade de entendermos que tais referências se refletem ao passo que a produção discursiva é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Desse modo, é importante frisar que os estigmas patológicos envoltos na produção da homossexualidade como sexualidade dissidente têm proliferado uma identificação superestimada de maneira depreciativa tanto quanto aos gays quanto à sua própria sexualidade. Essa perspectiva foi evidenciada em grande parte das falas dos docentes, tendo em vista quando externaram diversos conflitos subjetivos ascendentes entre as recriminações religiosas sobre seus desejos diferentes e a atração sexual e/ou afetiva que sentiam/sentem por alguém do mesmo sexo. Observemos na íntegra como tais questões foram abordadas pelos professores<sup>8</sup> em suas falas:

Eu, por exemplo, é... também pensei, cheguei, tomei a decisão mesmo de ir para o sacerdote, para o sacerdócio. Quando eu tava prestes a ir e eu falei “não, não vou porque não é isso o que eu quero”, que era uma forma de esconder (PROFESSOR CARLOS)

Eu queria comentar também sobre o fato da igreja e em como algumas narrativas elas se assemelham porque como Carlos mencionou sobre pensar em ser padre e eu lembro que quando eu era rato de igreja, porque eu era rato de igreja. Nossa, eu era o dia todo na igreja, nossa senhora passei a vida toda na igreja. E aí eu me perguntava assim sabe, porque eu pensava: “Nossa, ser padre é... O padre não precisa estar num relacionamento com alguém, então eu me tornando padre eu

<sup>8</sup> Os codinomes dados aos professores colaboradores e coprodutores da pesquisa se consistem na homenagem aos professores gays que tiveram suas vidas interrompidas pelo preconceito homofóbico. Além disso, só foram trazidas a corpo desse texto as falas de três professores por demarcarem de forma incisiva o preconceito religioso e a regulação subjetiva que materializam no cotidiano. As falas enunciadas pelos outros dois docentes, por sua vez, constam integralmente na dissertação da qual decorre o recorte deste estudo.

posso me livrar dessa cobrança, dessa necessidade de estar num relacionamento com uma mulher, que teoricamente não é o que eu quero”, então a gente faz dessa coisa do padre da figura padre meio que uma armadura (PROFESSOR EDIVALDO)

Foi notável que os professores Carlos Alexandro e Edivaldo Silva externaram o desejo de se envolverem de maneira mais efetiva nas práticas religiosas como táticas estratégicas para obliterarem ou talvez amenizarem os discursos a eles direcionados por serem gays. Percebeu-se, desse modo, que suas reflexões transcorreram da miríade de conflitos subjetivos que emergem no jogo discursivo em que sexualidades dissidentes são alvo de inúmeras correlações entre a perversão, demonização e desumanização.

Mas como já destacamos em algum momento destas análises, nenhuma concepção pode ser compreendida de maneira isolada. Com efeito, partimos do pressuposto em considerar o discurso delineado por uma função enunciativa específica, e a esse respeito é necessário observarmos que “o mais importante é estabelecer as relações entre os enunciados e o que eles descrevem, para, a partir daí, compreender a que poder(s) atendem”, isto é, pensar “qual/quais poder(es) os enunciados ativam e colocam em circulação” (VEIGA-NETO, 2007, p. 104).

Nessa conjuntura, devemos lançar mão de uma análise cujo foco recaia sobre as associações bem estruturadas historicamente na maneira como o discurso religioso, por exemplo, consegue instituir ações de cunho discriminatório e estas, consequentemente, sejam aderidas não só por religiosos, mas por indivíduos que utilizam tais discursos para justificar seus preconceitos.

Assim, ao explicitar “tomar a decisão mesmo de ir para o sacerdócio”, o professor Carlos qualifica este lugar do sacramento como uma maneira de esconder aquilo o que presumia ser coibido: sua sexualidade. Isto pode ser compreendido ao passo que o discurso religioso sempre enfatizou a homossexualidade conjurada por meio de uma noção normativa como algo vinculado ao antinatural e tal perspectiva advém da religião enquanto um campo de saber, cujos enunciados estão constantemente associados a outros enunciados da pedagogia, medicina, política, por exemplo, também enquanto campos de saber.

Esta associação reflete no fato da religião estar sucessivamente reiterando uma inferioridade no que tange aos homossexuais em relação à heterossexualidade como modelo inquestionável de expressão do desejo vigente. Tal inferioridade está



interconectada com valores e concepções determinadas por outros discursos que sobrepujam a heterossexualidade em relação a outras sexualidades.

Sobre estas sinalizações, desejos como os dos professores de serem praticantes da religião ao ocupar determinada função e por isso funcionar como uma estratégia de sobrevivência aos ditames heteronormativos, podem ser interpretados de maneira a pensarmos a religião enquanto vértice delineado pela “homofobia, certas convenções sociais e valores religiosos” (NATIVIDADE, 2013, p. 42). Uma vez que, são estas imposições que nos assujeitam a determinadas práticas de isolamento devido a uma diferença que necessita ser silenciada. Nesse sentido, estas questões se concretizam na figura do padre enquanto sujeito *neutro* em que sua sexualidade não lhe pertence, e que na visão de sujeitos como os docentes pode ser um ponto de apoio para se “livrar dessa cobrança, dessa necessidade de estar num relacionamento com uma mulher”, como reitera Professor Edivaldo.

É nítido que assim o desafio se torna em contemplarmos visões menos extremistas sobre o discurso religioso, sem que haja uma supervalorização de uma forma de existência em detrimento de outrem. Mas é importante notabilizar que tais extremismos encontram-se arraigados na simbólica dicotomização sexual para definir quem merece respeito ou a quem deve ser delegada a agonia de encontrar táticas para se manter “vivo” nos espaços e interações sociais, como sinaliza o professor Edivaldo ao dizer que a gente faz “dessa coisa do padre meio que uma armadura”.

A visualização desta dinâmica pode ser perceptível, já que “segmentos hegemônicos do cristianismo têm sido vistos cada vez mais como porta-vozes de visões conservadoras quando o assunto é a homossexualidade [...]” (NATIVIDADE, 2013, p. 35), o que atesta a religião ainda como propagadora de comportamentos preconceituosos que desqualificam determinadas categorias de pessoas. Esses comportamentos são desenvolvidos mediante uma série de discursos baseados numa vertente religiosa que assinalam incontestavelmente os contornos de uma hegemonia conservadora referente a uma visão estigmatizada sobre nós.

Embora esta leitura enfatize os mecanismos de discriminação já reconhecidos, é importante ressaltar dos efeitos que tais dimensões proporcionam posto que focalizamos a consistência de uma homofobia religiosa nesse cenário. Pois, não podemos deixar passar ilesas as naturalizações preconceituosas convertidas em apenas defesa dos “valores morais” e da “família tradicional brasileira”. É preciso salientar que a

homofobia religiosa incita as práticas de violências mais extremas como a física, tendo por base a adesão de concepções preconceituosas que legitimam tais violências.

Conforme reitera Natividade (2013, p. 49), a homofobia religiosa não se manifesta “somente ao nível de percepções e juízos morais pessoais ou coletivos, mas envolve formas de atuação em oposição à visibilidade e reconhecimento de minorias sexuais [...]”. Essa lógica merece cautelosas considerações, visto que o preconceito sustentado pelos discursos religiosos pode entoar movimentos que descaracterizem possibilidades como as citadas acima e endossem os estigmas.

Não destoante desse tipo de estratégia, aqui parece ser imprescindível para a discussão as disseminações que compelem à homossexualidade sua marcação patológica quando se é destacada sua “cura” como elemento primordial nessa atmosfera (NATIVIDADE, 2013). A esse respeito, o Professor Lindolfo explicita um diálogo que teve com um filho de um pastor sobre algo que tramita nessa direção.

Quando fala nessa questão da religião eu começo a ferver né, porque vocês tavam narrando mais cedo aí que eram da igreja católica e pensaram em ser padre e tal e tem aquela questão que o padre... no caso isso já é um alívio né, você evita o casamento. E eu, eu frequentava igreja evangélica e pastor casa né, então não tem como (risos)... não dá pra fugir! E a gente cresce nesses dogmas, a gente cresce ali aprendendo porque é um treinamento pra você viver a religião, qualquer religião é assim na verdade né, tá passando por um treinamento ali que vai orientar suas ações dentro da sociedade em que vive. Uma vez eu tava conversando com o filho de um pastor e aí ele tava falando justamente sobre a homossexualidade e aí ele falou que existiam três tipos de homossexuais, isso... observem a história viu! Existiam três tipos de homossexuais: tinha o homossexual que era de ordem genética, e aí esse poderia se tratar, né? Tinham outros que eram homossexuais por questões psicológicas e também poderiam ser tratados clinicamente por psicólogo, e tinham outros que não, que apenas eram. E aí ele tava falando dessa questão da salvação, do céu, inferno e tal, aí ele disse assim: “os dois primeiros têm salvação, o terceiro... o terceiro não!” (PROFESSOR LINDOLFO)

Embora bastante problemática as concepções do filho do pastor, elas estão nitidamente alinhadas com a ideia que prevalece quanto aos homossexuais serem o que são porque “nasceram assim”, por “questões psicológicas” ou até mesmo de serem concernidos por ordem genética. Contudo, a tônica desses discursos é de sempre produzirem um imaginário coletivo em que o homossexual seja um objeto de análise configurado em redes de poder-saber bem específicas. Ou seja, “[...] o sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2020, p. 48).

É nessa atmosfera que parece oportuno explicitar o que Natividade (2013, p. 46) tem chamado atenção quanto ao fato dessa manutenção normativa sobre gays determinar outras estratégias que parecem aludir à “conciliação” ou ao “prazer em ajudar pessoas desse tipo”, mas que concernem, sobretudo, a “um reforço e exagero da norma heterossexual, cujo efeito mais imediato é uma proliferação e intensificação de discursos e práticas regulatórias que afirmam ajudar pessoas a *sair da homossexualidade*”.

Inegavelmente, perspectivas como essas inflamam o cenário de discriminação, já que em tese, grupos religiosos se fundamentam na cosmologia cristã para endossar caracterizações como as expostas acima. Em outras palavras, utilizam de um repertório de justificativas para mobilizar uma representação específica sobre determinadas formas de existência de modo a condená-las conseqüentemente. Isto, por sua vez, imputa poder sobre corpos e subjetividades que deslizam para um universo mais abrangente de vivências, mas que continua sendo segregado e “demonizado”.

Essa construção não se materializa de modo isolado, mas se interconecta com outros campos de saber que, notavelmente, contribuem para a circulação de estereótipos ligados à homossexualidade. Prova cabal dessa máxima é a somatória de discursos atribuídos às pessoas LGBT, em que seu enfoque se distribui no entorno de concepções que associam os homossexuais à metáfora da *doença*, em foco à difusão da epidemia de AIDS no Brasil, e, por conseguinte, o perigo eminente que parece estar ligado à sua diferença quando em comparação a outros indivíduos considerados “saudáveis” e “puros”.

As ramificações dessa prática denotam que os estigmas que circundam a homossexualidade não são produzidos à toa, pois oferecem um caminho promissor de conversão desse sujeito, legitimando a verdade presente nos discursos religiosos que se beneficia pela patologia que nos acomete. Assim, o aspecto de prática abominável que diz respeito a homossexuais enseja “conversão, arrependimento e purificação” (NATIVIDADE, 2013, p. 45) como únicas possibilidades de modificação desse sujeito e de seus hábitos. Sobre essa decorrente premissa, é importante frisar que,

A máxima ‘amamos o pecador’, mas odiamos o pecado acentua a ambigüidade desses discursos nos quais bondade e amor se conectam a desqualificação e repúdio. Para além do endosso do caráter pecaminoso da prática homossexual, a “acolhida” deve ser interpretada em termos dos efeitos que enseja nas esferas pública e privada, de desqualificação e sujeição da alteridade. Porta vozes desse

discurso, ao atribuir à homossexualidade o caráter de ameaça que precisa ser contida, se apresentam como novos militantes da pureza sexual, inventando e recriando percepções estigmatizantes da diversidade e dando origem a práticas de sujeição que a academia ainda desconhece em profundidade. (NATIVIDADE, 2013, p. 47).

Tendo em vista estas observações, é necessário situar que o escopo representativo de tais esforços se dá ao passo, em especial atenção, das ênfases sobre a obrigatoriedade da heterossexualidade. Sem perder de vista esse elemento, o fato de o docente lamentar que pastores casam e por isso sua estratégia estaria fadada ao fracasso, é por reconhecer que sua sexualidade ainda estaria na mira, visto que ainda seria exigido de práticas normativas pautadas na produção de um modelo familiar específico e dentro de comportamentos pré-estabelecidos para esta finalidade.

O Professor Lindolfo mostra-se bastante consciente quanto a estes aspectos, pois reitera que “a gente cresce nesses dogmas, a gente cresce ali aprendendo porque é um treinamento pra você viver a religião”. Isto é, em sua concepção, os dogmas apresentados mediante religião evidenciariam algumas responsabilidades que exigem devidas atenções e adesões, haja vista que “tá passando por um treinamento ali que vai orientar suas ações dentro da sociedade em que vive”.

Suas sinalizações reverberam as marcações discursivas que designam à homossexualidade uma obstrução daquilo que pertenceria à natureza divina, e por isso seu julgamento e as taxativas conversões para a pureza de indivíduos que, como o professor, devem assujeitar-se a verdades inquestionáveis. Observamos, portanto, a intensificação da rejeição aos gays e às maneiras como vivenciam suas sexualidades por parte dos discursos religiosos, bem como também acompanhamos a supervalorização da heterossexualidade por meio de uma homossexualidade marcada pelo estigma. Esta noção, por sua vez, complexifica relações sociais, algumas negociações e igualmente nos possibilita antever o discurso como ponto nodal em que emergem conflitos como percebido nesse cenário de preconceito.

Além destas menções, é igualmente interessante perceber como a partir desta cruzada moral intermediada por essa trama discursiva, os discursos qualificados como “homofóbicos” não se restringem a um universo categórico de relações, mas permeia, principalmente, no contexto escolar, em que as dificuldades de debate sobre a diversidade sexual se acentuam de maneira significativa. A exemplo disso temos as observações dos professores Lindolfo e Carlos.

Minha experiência com sala de aula geralmente são com escolas de pessoas muito mais conservadoras, famílias mais cristãs e a aí a gente tem todo o cuidado, a gente vai pisando em ovos né, você vai com muito cuidado. Pra se ter uma ideia a gente tem todo o cuidado até no trabalho sobre consciência negra, porque você não pode chegar e falar abertamente sobre religião africana porque muitos não vão aceitar, cê tá entendendo? E aí numa escala de dificuldade tratar do tema homoafetividade tá ali na parte mais *hard* mesmo, é o mais difícil (PROFESSOR LINDOLFO)

A maioria das famílias, principalmente famílias evangélicas, essas evangélicas mais doutrinárias mesmo, eles não sentam com os filhos com a filhas pra falar sobre isso, pra falar sobre o corpo, pra falar sobre tudo que envolve a sexualidade. E quando a gente trata isso dentro da sala de aula para o aluno isso é algo espantoso, para o aluno isso é algo de causar espanto mesmo porque eles não estão acostumados na vivência deles a ver um filme que passe, mesmo que seja um filme histórico, passar cenas de sexo explícito. Então é um embate muito constante, porque na medida em que a gente tem... a gente sabe que nosso papel enquanto professor é falar para nossos alunos porque a gente é professor pra isso, pra incentivar, pra educar eles em relação ao conteúdo aquele conteúdo, mas ao mesmo tempo a gente sofre a reversa dos alunos com a gente, porque já vem duma construção familiar, já vem duma construção histórica que eles não falam disso e crescem dentro do tabu, que o sexo é pecado, que o sexo é ousado e que isso e que aquilo (PROFESSOR CARLOS)

Sob a égide de diversas percepções e problematizações, a escola tem sido um ponto fulcral no que tange às condutas discriminatórias destinadas a homossexuais masculinos, bem como a qualquer sujeito descentrado da inteligibilidade normativa heterossexual. Não são recentes os casos de preconceito que pairam sob o âmbito escolar destinados a professores e alunos LGBTQIA+ que de alguma maneira são envolvidos por um silêncio absurdo e frutífero o suficiente para ampliar o ciclo de violências que acometem esse tipo de sujeito.

O ciclo de experiências hostis sintomáticos por esses professores – cobrados por uma neutralidade em relação a esse conteúdo – é mobilizado pela pressão de grupos religiosos cristãos que, devido a uma disputa de narrativas, tentam estruturar o currículo de modo que sejam beneficiados pelo silenciamento dessas questões. Essa restrição não dificulta somente aspectos vinculados à diversidade sexual, bem como explicita Professor Lindolfo ao mencionar que “discutir sobre homoafetividade está na parte mais *hard*”, mas também condiciona a invisibilidade de questões étnico-raciais ao se obstruir o conhecimento sobre os povos tradicionais e suas diversidades culturais das quais nossa nação foi construída.

Na verdade, a ignorância estendida do contexto familiar ao escolar, como compreende Professor Carlos, inibe maiores oportunidades de diálogo, assim como também delimita a proibição de determinados conteúdos em razão da “importância” de outros, o que acaba singularizando as perspectivas de alunos(as) e professores(as) com vista à promoção da cidadania e debate crítico sobre as realidades de indivíduos que não se sentem representados com o sistema heterossexual.

Tais sinalizações abrem alas para refletirmos essa rede de resistências não só pela presunção aparente com que grupos religiosos utilizam para demarcar algo como legítimo ou não para sua visibilidade, mas também por focalizarmos em como esta abordagem manifesta um posicionamento coletivo constituído de intencionalidades. Ora, já enfatizava Michel Foucault (2008) que as ideias que ocupam um lugar comum na sociedade devem ser vistas com desconfiança, pois certamente abrigam relevância no contexto em que são empregadas.

Essa perspectiva alude ao fato de que a transitoriedade do discurso é embalada pelas suas intenções, haja vista que os discursos não são evidenciados de modo casual. Na verdade, eles encontram-se situados na interação dos indivíduos por imporem uma forma de conhecimento através de um regime de verdade, com o intuito de assegurar controle sobre as relações e os sujeitos que nelas interagem. Para Foucault (2011), o conceito de regime de verdade está implicado às técnicas de poder e sujeição atrelados aos processos de constituição da subjetividade e de como isso orienta determinadas práticas em uma sociedade.

O filósofo argumenta que “a verdade não está fora do poder nem sem poder”, mas que, ao invés disso, “é produzida graças a múltiplas imposições e induz efeitos regulados do poder” (FOUCAULT, 2011, p. 216-217). Nessa conjuntura, ele definiu um regime de verdade sendo:

[...] os tipos de discurso acolhidos por ela [uma sociedade] os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade .(FOUCAULT, 2011, p. 2017)

Assim, as ações regulatórias proferidas pelos professores Carlos e Lindolfo nos ajudam a identificar essa lógica de um regime de verdade à medida que suas iniciativas



de debaterem sobre o preconceito vigente se esbarram no dissenso religioso a respeito da visibilidade de outras expressões de desejo. Comumente, a abordagem desses grupos opera na organização coletiva para intimidação de professores que querem se afastar desse processo nefasto de marginalização o qual acomete determinados indivíduos e seus comportamentos. Apesar dessa percepção, o que ratificamos é a manutenção de práticas prejudiciais frente à liberdade de expressão do docente em sua sala de aula, assim como o controle da dinâmica dialógica visando também à ausência do debate.

À luz disso, o Professor Robson situa a experiência dessa extenuante invisibilização de tudo que cerceia a diversidade sexual ao dizer que:

Falando sobre a questão do vídeo né, a gente vê dá pra perceber é uma sátira né e ele mostra o papel da igreja, que ela tá lá sempre na tv ali querendo dizer o que é certo o que é errado né, mas ela não quer entender o que é, o comportamento... Ela não quer entender o que é ser gay, o que é ser homossexual (PROFESSOR ROBSON)

A incidência da igreja no tocante a esse comportamento de não querer “entender o que é ser gay, o que é ser homossexual” confronta a proliferação discursiva mediante a sexualidade nos séculos XVII e XIX. Isso porque, a própria igreja cristã no período histórico citado deu ênfase aos pecados da carne, o que produziu uma maior consciência das pessoas para com o exercício de sua sexualidade. A mobilização acentuada no entorno do desejo sexual promoveu também uma diferenciação entre práticas sexuais lícitas e ilícitas, fazendo com que se interrogasse “o prazer dos que não amam o outro sexo” (FOUCAULT, 2020, p. 43) e, por fim, demarcassem-no como uma transgressão inaceitável.

O tom condenatório em relação a esse sujeito subjugado de seu desejo foi constituído enquanto “produto real de interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres”, como evidenciou Foucault (2020, p. 53). Para isso, a ramificação de discursos que englobavam a homossexualidade recrudescia uma série de análises sobre os sujeitos que a praticavam e, com isso, sua rejeição. Nesse sentido, a frustração do Professor Robson questiona a ideia de um juízo de valor pré-concebido em relação aos homossexuais, justamente por situar uma questão histórica difundida por discursos de *verdade* que nunca foram benéficos a esses indivíduos.

Acerca dessa lógica, fica compreensível que a implicação mútua entre poder e saber é o que tem feito com que variados discursos sobre a homossexualidade tenham-na endossado como pecado contra a natureza divina. A homossexualidade como

sexualidade periférica passa a ser um objeto de análise histórico, cujas denominações que lhe rodeiam incorporam no homossexual e em seus comportamentos uma suposta perversão por ser quem é; e sem dúvidas, tais descrições hostis e perigosas confluem para uma série de estigmas que sentenciam esse indivíduo sob a ordem de discursos organizados por um regime de verdade específico.

Não destoante dessa premissa, a oposição ao reconhecimento de indivíduos compreendidos nessas identificações compromete o cenário de acesso à cidadania destes, como também amplia as estratégias de discriminação evidenciadas por grupos religiosos. Essa interação descreve as relações de poder assimétricas em que estão circunscritos estes professores, mas também difundem compreensões mais abundantes em como a homofobia religiosa tem atuado diante do cenário de diversidade sexual ao mobilizar instituições e sujeitos, os quais imponham resistência ao avanço significativo de pautas antidiscriminatórias e antilgbtqfóbicas que temos acompanhado nos anos mais recentes, ainda que com todos os obstáculos comentados nesta e em outras pesquisas acadêmicas.

A partir do enlace destas observações, retomamos a ideia inicialmente concebida sobre a execução de uma homofobia religiosa no cenário de construções subjetivas, tendo em consideração a difusão de estereótipos que não só constroem uma perspectiva desmoralizante do indivíduo homossexual, como também o atribuem um valor negativo pelo perigo que as camadas mais radicais das religiões cristãs supõem-no carregar. A apropriação dessa narrativa se fortalece por meio dos distintos personagens – amoral, pedófilo, propagador de doenças, sujo, demonizado – que o indivíduo homossexual apresentaria, assim como indica a temível diversidade sexual que assume, prejudicando-lhe na proteção jurídica inviável em decorrência dos seus pecados.

O estigma conferido a esse sujeito se materializa nos discursos dos professores desta pesquisa, pois estes avistam horizontes limitados sobre a acessibilidade de uma cidadania que, apesar de inegociável, está longe de ser garantida mediante o recrudescimento de posturas discriminatórias por parte de alas cristãs conservadoras, as quais (re)inventam representações cada vez mais hostis para atrelar a homossexualidade à abjeção. Tal repugnância parece, de fato, estabelecer-se nesse cenário como um modo de confrontar a diferença que, em certo aspecto se apresenta como perturbadora e que, conseqüentemente, necessita ser desvalorizada para preservar um status de privilégios exclusivos concedidos a um grupo hegemônico de pessoas (NATIVIDADE, 2009), denominadas de heterossexuais.

Portanto, senão representam quantitativamente a forma enfática como as práticas religiosas homofóbicas incidem sobre corpos e subjetividades dissidentes, ao menos os discursos pronunciados pelos docentes deste trabalho destacam a influência dela no processo de convencimento de parcela significativa da população acerca da inferiorização de outras expressões de desejo, em especial a homossexualidade, e de como isso afeta o processo subjetivo de um indivíduo que não se identifica com as normas heterossexuais em vigência. Para além disso, percebemos igualmente que tal perspectiva enseja o constrangimento, discriminação e perseguição da diversidade sexual e de seus praticantes como formas legítimas de expurgação ao que se apresenta como diferente, produzindo experiências de vida acometidas pela ignorância humana.

### **À guisa de conclusão**

Em face dos argumentos suscitados nesse debate, dedicamos especial atenção à homofobia religiosa enquanto mecanismo de opressão interligado às questões vinculadas à diversidade sexual e de gênero, ainda que com recortes específicos à homossexualidade, por entendermos a importância de se problematizar tal questão. O cenário de invisibilidades que acomete sujeitos homossexuais e outros sujeitos LGBTQIA+ nos exige isso, seja pelas ações veladas e/ou explícitas de preconceito contra orientações sexuais e identidades de gênero consideradas abjetas, seja pelos fundamentos que incorrem nessa dimensão para que estas práticas se materializem no cotidiano desses indivíduos.

A partir dessa compreensão, o estudo em foco buscou analisar como o preconceito homofóbico está atrelado aos discursos religiosos de modo a identificar que estes conseguem interferir nos processos de subjetivação como relatado pelos docentes gays participantes da pesquisa através de técnicas de sujeição ligadas ao medo, constrangimento e rejeição ao diferente. Isto significa pensar que, essas interferências promovem uma subjugação consequente de leituras e interpretações literais de textos bíblicos por parte de segmentos hegemônicos do cristianismo, as quais denotam a homossexualidade sempre envolta de estigmas produzidos em relações de poder. Contextualizar essa dinâmica, nesse sentido, contribuiu para que pudéssemos assegurar o discurso como instrumento de poder capaz de produzir articulações, disseminações e fixações de estereótipos como modo de verdade sobre as subjetividades dissidentes.

Deste modo, os discursos religiosos revelaram como estratégias de reação ao reconhecimento de outras expressões de gênero e sexualidade uma inferiorização e o combate à imagem do homossexual, mutuamente reforçadas por meio de concepções discriminatórias. Assim, ficou perceptível que as credulidades nestas compreensões bem como suas propagações favorecem um cenário de desigualdades que primam pela reiteração da heterossexualidade compulsória, constituindo o acesso precário a direitos humanos e sexuais por parte de indivíduos cujas formas de ser e existir no mundo ainda não são admitidas.

### Referências

CUNHA, M. N. Os processos de midiaticização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 30691, 2019.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução de Renato Aguiar 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOUCAULT, Michel. “A Função Política do Intelectual”. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos VII: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 217.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de Saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. De l’amitié comme mode de vie. *Gai Pied*, 25, p. 38-39, Abr. 1981. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>. Acesso em: 02 Abr. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas**, volume 1, número 1, jul/dez, 2007, p. 145 a 166.

NATIVIDADE, Marcelo T. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. **Latitude**, 7(1). Recuperado de <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1063>,

2013.

NATIVIDADE, Marcelo T.; OLIVEIRA, Leandro. (2009). Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, 2, 121-161.

OLIVEIRA, Iris Verena; JESUS, Rosane Meire Vieira de. GRUPO DE EXPERIÊNCIA E ARTE: narrativas de educação escolar quilombola. In: TOMÉ, C.; MACEDO, E.; **Currículo e Diferença: afetações em movimento** - Volume 4. Curitiba: CRV, 2018. cap. 8, p.171-178).

OLIVEIRA, Thiago. Sobre a Bicha do Bem: queerizar a ética da pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1229-1250, out./dez. 2016.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Recebido em maio de 2023.  
Aprovado em agosto de 2023.